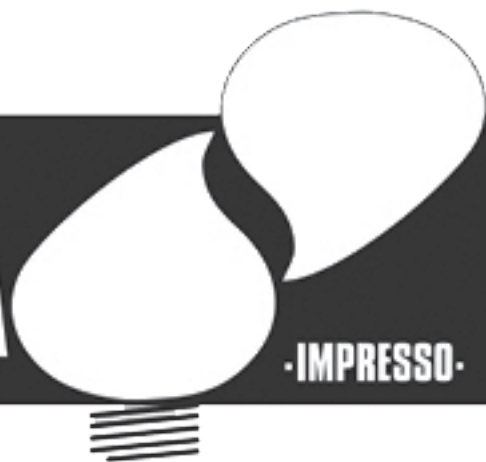




INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1349 - 16 de fevereiro de 2017



IMPRESSO

Ficou ainda

PIOR

ENGIE APRESENTA PROPOSTA IRREAL



CUTUCADAS

O A9-5 da Celesc: censura ao Linha Viva

EM DEFESA DA SAÚDE

Trabalhadores da Eletrosul não aceitam mudanças em planos de saúde

TRIBUNA LIVRE

Formação Política e Sindical urgente!



EM DEFESA DA SAÚDE

Trabalhadores da Eletrosul não aceitam mudanças no plano de saúde

Além de avaliar e possivelmente tomar novas medidas judiciais cabíveis, os Sindicatos que compõem a Intersul realizaram esta semana concentrações para informar e debater com os trabalhadores quais ações e mobilizações são necessárias contra a tentativa da empresa de mudar o plano de saúde. A proposta de transferência da gestão do plano de saúde próprio para o Elosaúde deveria ser apreciada na reunião do Conselho de Administração mas, após a mobilização dos trabalhadores, foi retirada momentaneamente da pauta do CA.

A Diretoria da Eletrosul quer a migração de todo o quadro de empregados do Plano de Saúde autogerido pela Eletrosul para o Plano administrado pela Elosaúde. Em recente contato entre as entidades da Intersul com a Diretoria da Empresa, os dirigentes sindicais deixaram claro que a manutenção das duas

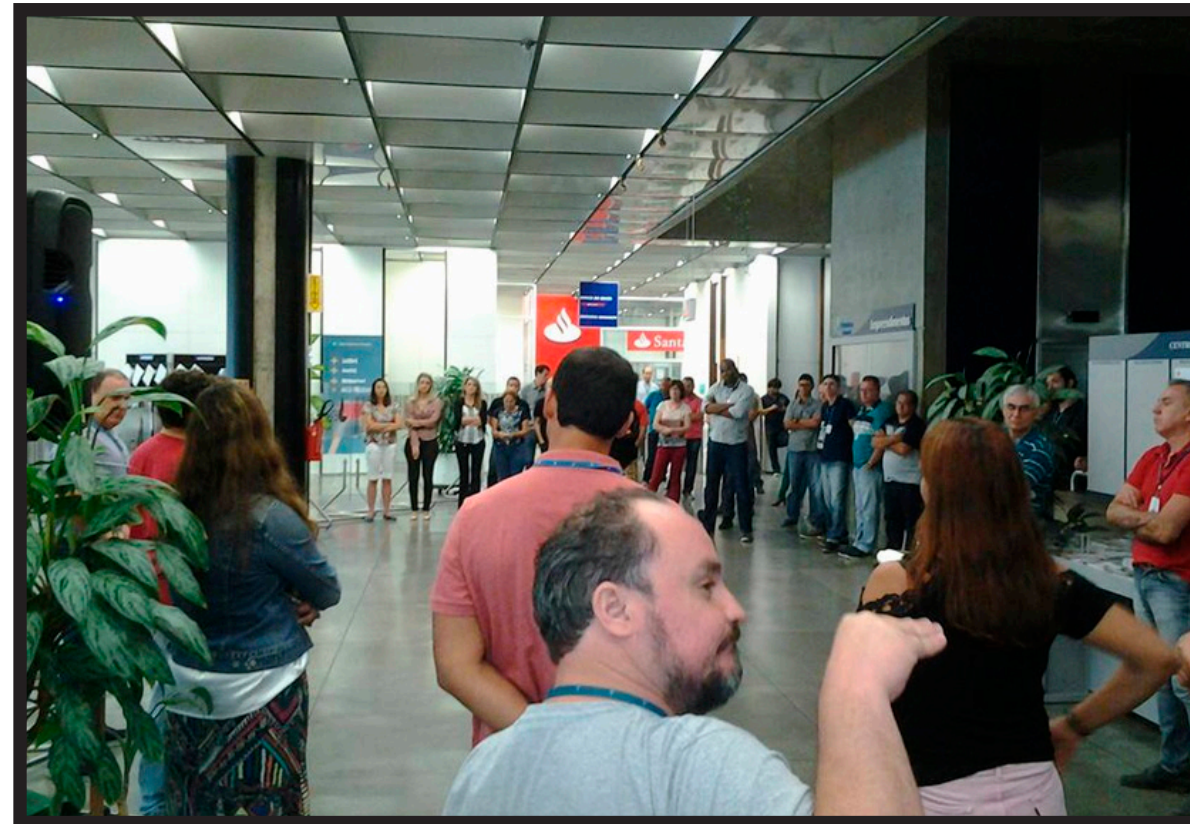
modalidades de Plano de Saúde está assegurada nos normativos internos e sob a proteção

"A proposta de transferência da gestão do plano de saúde próprio para o Elosaúde deveria ser apreciada na reunião do Conselho de Administração mas, após a mobilização dos trabalhadores, foi retirada momentaneamente da pauta do CA"

do Acordo Coletivo de Trabalho. Desta forma, nenhum processo compulsório de migração ou alteração de normas internas pode ser es-

tabelecido sem concordância das entidades representativas dos trabalhadores.

Além disso, a Diretoria da Eletrosul, arbitrária e unilateralmente já havia alterado a NG 018 para eliminar, inclusive de forma retroativa, o direito dos novos empregados admitidos a partir de 01/04/2016, impedindo-os de optar pela utilização do Plano de Saúde administrado pela Eletrosul disponibilizando a eles, exclusivamente, o Plano de Saúde administrado pela Elosaúde. Contra esta investida aos direitos dos trabalhadores, os sindicatos que compõem a Intersul impetraram ação trabalhista pelo cumprimento de normas coletivas com pedido de tutela de urgência, buscando a nulidade do ato praticado pela Eletrosul. A primeira audiência está marcada para 17/02/2017 na Sexta Vara do Trabalho com convocação ao Ministério Público do Trabalho (MPT).



CUTUCADAS CELESC

O AI-5 DA CELESC

O Ato Institucional 5, editado pela Ditadura em 1968, aprofundou a violência do golpe na democracia. Um dos principais pontos foi a censura dos meios de comunicação. Com o fim da Ditadura, a censura do estado sobre a imprensa também acabou. A Celesc parece se inspirar no golpe, e resolveu editar seu próprio AI-5. A normativa de "relações sindicais" é tão absurda, que parece mesmo ter saído de um período truculento. Um dos seus pontos é referente a entrega de informativos na empresa. Segundo a Diretoria, por exemplo, o Linha Viva só poderá ser entregue na Celesc se não tiver nenhuma "ofensa" ao corpo gerencial. O grande problema é que a Diretoria tem costume de considerar toda crítica contundente ofensiva. Se for assim, o LV nunca mais poderá ser distribuído na Celesc.

Imaginem só: é possível que esta pequena "cutucada" já se encaixe na visão de ofensa da diretoria! Mas podemos ir além. Será que a denúncia do Balaio de Siri e a crítica à incompetência da Diretoria na demissão do envolvido é uma ofensa? Será que o LV Especial - Diagnóstico das Regionais poderia ser distribuído, com essa nova regra?

O Linha Viva é resultado da redemocratização do Brasil. É cria de um período onde os trabalhadores já percebiam a necessidade de ter um veículo de comunicação que conteste, critique e denuncie, para além da "imprensa oficial". E continuaremos contestado, criticando, e denunciando, mesmo que isso ofenda uns e outros. Diante do absurdo da lei, só nos resta a desobediência. Quinta-feira, todos distribuindo o LV pela Celesc!

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO - SINERGIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - SINERGIA, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA os empregados da Foz do Chapecó Energia S.A, da sua base territorial, associados e não-associados, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se nas dependências da Empresa, sita na Rua Germano Wendhausen, 203 - Centro Executivo Beiramar, sl. 401 Centro - Florianópolis/SC, no dia 16.02.2017 (Quinta-feira), às 16h00min., em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às 16h30min, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, a fim de discutirem e deliberarem sobre as seguintes ordens do dia:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- 1 - Informes;
- 2 - Discutir e deliberar a pré-pauta de reivindicações da Campanha Salarial de data-base 2017/2018;
- 3 - Deliberar sobre a outorga de poderes à Diretoria do SINERGIA, para proceder às negociações coletivas com a Foz do Chapecó Energia S.A e, se necessário, proceder à defesa dos interesses da categoria, em juízo ou fora dele;
- 4 - Discutir e deliberar sobre as formas de sustentação da campanha salarial pela categoria eletricitária;
- 5 - Discutir e deliberar sobre os encaminhamentos pertinentes à campanha salarial da data-base;

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2017.

Nivaldo Lang
Diretor do SINERGIA

ENGIE

FICOU AINDA PIOR

Proposta da diretoria da Engie é pior do que a anterior e ainda não contempla a reposição integral da inflação em salários e benefícios

O ditado popular "nada é tão ruim que não pode ser piorado" foi comprovado na proposta de acordo apresentada pela ENGIE na reunião de negociação que aconteceu na última quinta-feira, 09/02. Toda a expectativa positiva dos empregados/as e dos dirigentes da Intersul com a apresentação de uma proposta decente foi por água a baixo.

Mesmos nos piores momentos, em termos de resultados, nenhuma outra diretoria apresentou uma proposta tão ruim e desrespeitosa. Um retrocesso inexplicável em função dos resultados que se projeta para o ano de 2016. A proposta "criativa" apresentada estabelece um reajuste de 4%, retroativos a novembro/16, e outros 4% em maio/17, sem retroatividade. Com relação ao vale alimentação a proposta é de elevar para R\$ 54,00 valor facial (reajuste de 8%) e de conceder mais um vale extra em fevereiro/17, além do que vai ser pago em junho.

Com relação a PLR a empresa informou que estuda ainda alterações na redação

da cláusula com relação a tabela de referência da Avaliação de desempenho. Os dirigentes da Intersul foram enfáticos em afirmar que só concordaram com alterações que possam beneficiar a todos os empregados/s, sem privilégios. Ainda em relação a Participação nos Lucros e/ou

Resultados, a empresa apresentou mais uma "maldade" quando propõem não pagar para empregados afastados por doença, inversão total da imagem de uma empresa preocupada com questões sociais.

Mesmo considerando que os representantes da empresa tenham apresentado como a "proposta final", entendemos que ainda tem espaço para negociação mesmo que seja em outras instâncias, corporativas ou não. Mais uma vez reafirmamos aos representantes da empresa de que não há a menor possibilidade da Intersul discutir e/ou encaminhar favorável qualquer proposta que não contemple, no mínimo, a reposição integral da inflação nos salários e nos benefícios.

TRIBUNA LIVRE

Formação política e sindical urgente

Os sindicatos, os movimentos sociais e os partidos comprometidos com o bem-estar dos trabalhadores devem assumir imediatamente esse desafio, sob pena de retrocesso social.

POR ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ*

Frente à ofensiva dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e do mercado (produtivo e financeiro) sobre os direitos (trabalhistas e previdenciários) dos trabalhadores do setor público e da iniciativa privada, com fortes campanhas na mídia (imprensa, radiofônica e televisão, inclusive na internet), é fundamental que o movimento sindical invista na formação de quadros para fazer frente a essa realidade adversa.

A despolíticação presente na sociedade, alimentada pela imprensa e reproduzida de forma acrílica nas redes sociais, se não for enfrentada à altura, com contrapontos qualificados e bem fundamentados, além de prejudicar o cidadão em suas variadas dimensões (eleitor, trabalhador, contribuinte, usuário de serviço público, etc), irá fortalecer as teses governamentais e de mercado, que priorizam a competição, a produtividade e o lucro em detrimento do salário.

O debate, em face do processo de impeachment, ficou interdito. Muita gente que apoiou o afastamento da ex-presidente — por assimetria de informação ou por indignação com os rumos que o governo vinha tomando — mesmo não concordando com a agenda do governo Michel Temer, como as reformas trabalhista e previdenciária, não consegue dialogar e somar forças no enfrentamento à agenda do governo com as forças que foram contrárias ao impeachment. É preciso restabelecer o diálogo e a aliança, sob pena de todos perderem nesse processo.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em artigo no jornal o Globo de 5/02/16, reconhece que "adotar políticas que favoreçam mais o capital do que o trabalho, ou vice-versa, depende da orientação político do governo". E o atual governo claramente fez a opção pelo capital, ao congelar, em termos reais os gastos públicos não-financeiros, e ao propor as reformas previdenciária e trabalhista, ambos com supressão de direitos dos segurados e trabalhadores, públicos e privados.

Com a correlação de forças existente no governo e no Parlamento, e com a clareza de há déficit de quadros para fazer esse enfrentamento, se o movimento sindical não fizer um investimento massivo em formação, conscientizando a classe trabalhadora de seus direitos, dificilmente terá condições de travar essa batalha com êxito, e correrá sério risco ou a ameaça concreta de redução ou mesmo extinção de direitos.

A formação sindical, nesse contexto, passou a ser indispensável para atrair novos militantes, constituir novas lideranças, resgatar a consciência política, reforçar valores cívicos e éticos e, principalmente, para dar continuidade à luta em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, servidores e aposentados e pensionistas.

Para contribuir com esse processo de enfrentamento a essa investida em bases neoliberais sobre os direitos dos assalariados, o DIAP vai relançar neste mês de fevereiro de 2017, em edição atualizada e ampliada, a cartilha "Para que serve e o que faz o movimento sindical", uma ferramenta fundamental para ajudar na formação de novos quadros sindicais.

Nesse ambiente de intolerância e individualismo exacerbado — em que os fatos, a verdade e valores como solidariedade tem ficado em segundo plano — é urgente resgatar o sentido de solidariedade, de tolerância, de consciência política e cidadã, da unidade de ação de todos os que desejam e lutam por um mundo melhor, independentemente de terem divergido no processo de impeachment. E isso só será possível com informação, qualificação e conscientização, portanto, com formação política. Os sindicatos, os movimentos sociais e os partidos comprometidos com o bem-estar dos trabalhadores devem assumir imediatamente esse desafio, sob pena de retrocesso social. Mãos à obra.

(*) Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

Reforma da previdência ignora

R\$426 BI

DEVIDOS AOS COFRES PÚBLICOS

Enquanto propõe que o brasileiro trabalhe por mais tempo para se aposentar, a reforma da Previdência Social ignora os R\$ 426 bilhões que não são repassados pelas empresas ao INSS. O valor da dívida equivale a três vezes o chamado déficit da Previdência em 2016. Esses números, levantados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), não são levados em conta na reforma do governo Michel Temer.

“O governo fala muito de déficit na Previdência, mas não leva em conta que o problema da inadimplência e do não repasse das contribuições previdenciárias ajudam a aumentá-lo. As contribuições não pagas ou questionadas na Justiça deveriam ser consideradas [na reforma]”, afirma Achilles Frias, presidente do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz).

A maior parte dessa dívida está concentrada na mão de poucas empresas que estão ativas. Somente 3% das companhias respondem por mais de 63% da dívida previdenciária. A procuradoria estudou e classificou essas 32.224 empresas que mais devem, e constatou que apenas 18% são extintas. A grande maioria, ou 82%, são ativas, segundo estudo da procuradoria, que classificou 32.224 empresas do universo de mais de 1 milhão de devedores do INSS.

Parte da dívida não pode ser recuperada

Apesar da maior parte das empresas devedoras estarem na ativa, no topo da lista há também grandes companhias falidas há anos, como as aéreas Varig e Vasp. Por isso, nem toda a dívida pode ser recuperada. É provável que quase 60% do valor devido nunca chegue aos cofres do INSS – ou porque são de empresas falidas, em processo de falência, tradicionais sonegadas ou laranjas.

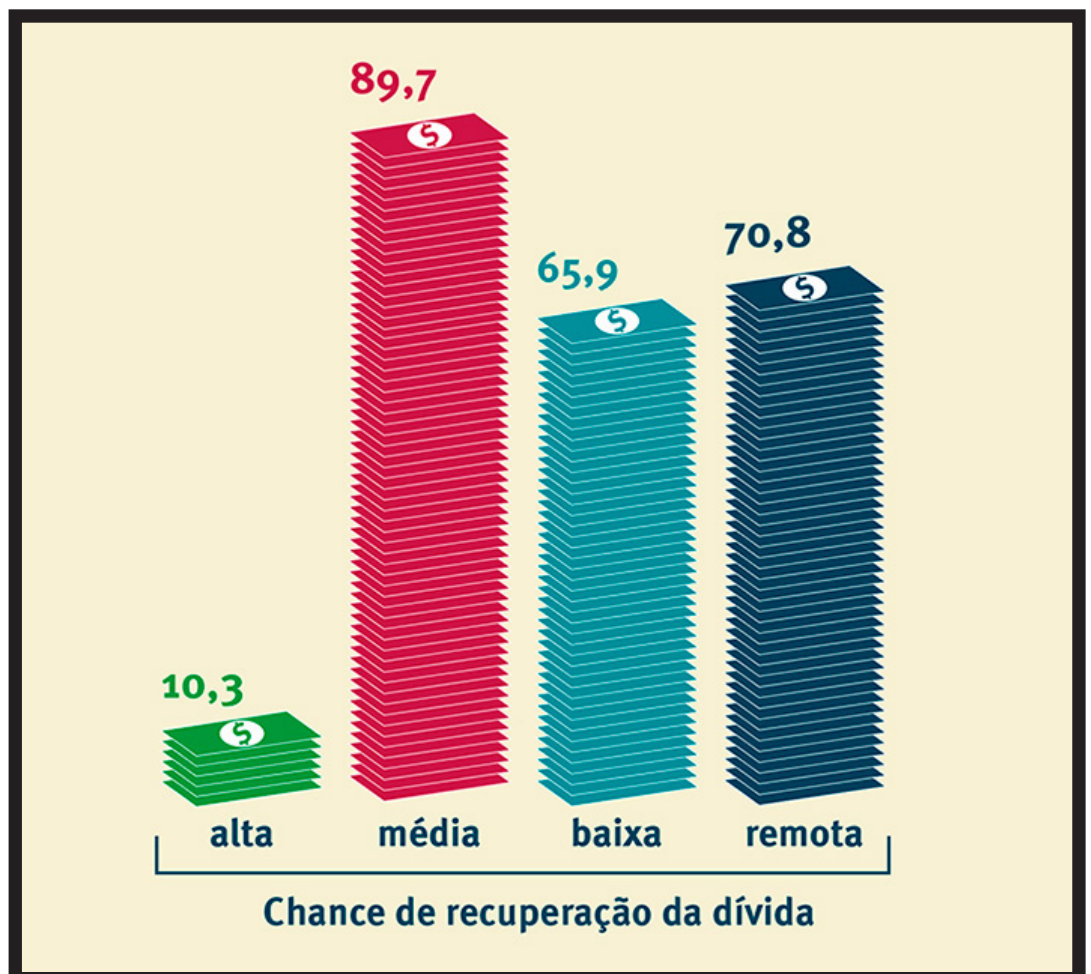
Apenas R\$ 10,3 bilhões (4% do montante da dívida) têm alta probabilidade de recuperação, segundo estudo da procuradoria divulgado em março do ano passado. Do classificado à época, referente à R\$ 375 bilhões de dívidas, constatou-se que 38% têm média chance de recuperação; 28% tem baixa chance e 30% tem chances remotas.

A prova disso é que o percentual de recuperação é baixo. Em 2016, a procuradoria recuperou apenas R\$ 4,15 bilhões dos créditos previdenciários, o equivalente a 0,9% da dívida previdenciária total.

Apesar disso, a procuradoria diz tomar medidas para recuperar esse valor. “Estamos num momento em que sempre se ronda o aumento da carga tributária, e a PGFN entende que o verdadeiro ajuste fiscal é cobrar de quem deve para não onerar quem paga,” diz Daniel de Saboia Xavier, coordenador-geral de grandes devedores da procuradoria.

O estudo poderia, inclusive, ajudar a retirar algumas empresas do mercado. “A empresa fraudadora viola a livre concorrência e prejudica empresas do mesmo ramo que não fraudam”, afirma Xavier, destacando que o órgão priorizará a cobrança das empresas que entram nos critérios ‘alta’ e ‘média’. Xavier explica ainda que muitas das empresas que estão inscritas como devedoras de valores com alta chance de recuperação apresentam questionamentos judiciais.

A Repórter Brasil questionou quais são as empresas que seriam priorizadas à assessoria de imprensa através da Lei de Acesso à Informação, mas a procuradoria negou a informação sob a justificativa de que a divulgação violaria o sigilo fiscal.



Por que a dívida é tão alta?

A morosidade da Justiça, a complexidade da legislação tributária brasileira e os programas de parcelamento do governo são apontados como os principais fatores que explicam a alta dívida previdenciária no país. “Não é um crime dever, e grandes grupos empresariais se beneficiam disso, questionam valores na Justiça e ficam protelando a vida inteira,” diz Sônia Fleury, professora da Fundação Getúlio Vargas. “É preciso fazer uma varredura para ver como as empresas utilizam esse mecanismo protelatório na Justiça e tomar decisões no nível mais alto para impedir esse jogo, que só favorece as grandes empresas. Perde o governo e o trabalhador.”

